



## ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**APELAÇÃO Nº 5001490-06.2019.8.24.0052/SC**

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MARIANO DO NASCIMENTO

**APELANTE:** \_\_\_\_ (RÉU) **APELADO:** FP INFORMACOES  
CADASTRAIS LTDA (AUTOR)

### RELATÓRIO

\_\_\_\_ interpôs agravo interno em face da decisão monocrática constante do Evento 21, por meio da qual o recurso de apelação por si interposto deixou de ser conhecido.

Alegou a parte agravante, em suma, que diante da situação de calamidade pública vigente no Estado e Santa Catarina em razão da Covid19, bem como pela situação enfrentada pelo próprio escritório profissional que representa o Agravante (em que houve a suspeita de covid em um dos funcionários, com o consequente fechamento do escritório e trabalho em regime *Home Office*), pugna pela reabertura do prazo para recolhimento de custas recursais, ou suspensão temporária do processo, até o fim do prazo de calamidade determinado pelo Decreto Estadual.

Com as contrarrazões, vieram os autos conclusos.

É o breve relatório.

### VOTO

Trata-se de agravo interno interposto por \_\_\_\_ em face da decisão unipessoal, por meio da qual o apelo interposto pelo ora agravante deixou de ser conhecido, em face da deserção.

Sobre o cabimento do presente recurso, dispõe o art. 1.021 do novo Código de Processo Civil: "Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal".

Assim, nas palavras de Humberto Theodoro Júnior, "para

contrabalançar os amplos poderes conferidos ao relator, o art. 1.021 prevê, contra suas decisões singulares, o cabimento de agravo interno para o órgão colegiado competente, no prazo de quinze dias" (Código de Processo Civil anotado. 20ª. ed. revista e atualizada - Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 1134).

Feito o registro, passa-se à análise da insurgência.

Pugna o recorrente seja reconsiderada a "Decisão anteriormente proferida, sendo restabelecido, diante da possibilidade instaurada pela situação de Calamidade Pública vigente no Estado e Santa Catarina, bem como pela situação enfrentada pelo próprio escritório profissional que representa o Agravante, a reabertura do prazo para recolhimento de custas recursais, ou suspensão temporária do processo, até o fim do prazo de calamidade determinado pelo Decreto Estadual".

Pois bem.

O art. 223 do CPC/15, dispõe:

*Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.*

***§ 1º Considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.***

***§ 2º Verificada a justa causa, o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.***

Sobre justa causa, leciona Nelson Nery Júnior:

*"§ 1º: 7. Justa Causa. Caso a parte comprove que deixou de praticar o ato no prazo por justa causa, poderá praticá-lo posteriormente. O requerimento deve ser fundamentado, cabendo ao juiz avaliar sua legitimidade. Caso procedente, devolverá o prazo à parte pelo tempo necessário à prática do ato processual.*

*"§ 2º: 8. Conceito de justa causa. É o impedimento eficaz por si só para fazer com que não possa ser praticado o ato processual. Este impedimento deve ser alheio à vontade da parte ou interessado e consequência de fato ou evento imprevisto" (Código de Processo Civil Comentado, 7ªed., RT: São Paulo, 2003, pág. p. 578).*

A pretensão, adianto, não merece guarida.

Colhe-se dos autos que, em 06/10/2020, iniciou o prazo de 5 dias para a juntada da guia do preparo, a fim de autorizar a análise do recurso de apelação, diante do indeferimento da justiça gratuita. Referido prazo findou em 13/10/2020.

Em que pese a parte agravante pretenda justificar o descumprimento do prazo para a juntada do preparo, em razão da suposta contaminação por uma das funcionárias do escritório de advocacia que representa o Agravante, tal pretesão não merece prosperar, uma vez que o exame realizado pela advogada, integrante do escritório de advocacia, \_\_\_\_\_, foi realizado somente em 15/10/2020, portanto após o decurso integral do prazo acima mencionado.

Ademais, insta ressaltar que, desde março de 2020, o exercício do labor, da maioria dos brasileiros, tem sido realizado em *home office*, não se tratando, pois, de circunstância anormal ou excepcional a justificar a reabertura do prazo pretendido por suposta ausência de trabalho presencial no mês de outubro.

Até porque o contato do advogado com o seu cliente poderia ter ocorrido via telefone, email, whatsapp, entre outros meios digitais, não servindo os argumentos trazidos em sede recursal como justificativa a autorizar a reabertura do prazo.

Em arremate, são três os procuradores judiciais que representam o Agravante, não havendo provas nos autos de que todos eles estivessem acometidos com a doença, ou impossibilitado de cumprir a determinação judicial. Sequer houve o peticionamento informando a situação na época dos fatos, bem como requerendo a dilação do prazo.

Deste modo, sabendo que "No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção" (art. 1007 do CPC/15), e que após autorizado o prazo para juntada do preparo, deixou a parte recorrente transcorrer *in albis*, imperiosa a manutenção da decisão unipessoal, diante da ausência de justa causa que justifiquem a reabertura de prazo pretendida.

Nesete sentido, *mutatis mutandis*:

*"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. PRAZO REABERTO SOB ALEGAÇÃO DE FORÇA MAIOR. REPOUSO NO LEITO, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, QUE CESSOU ANTES DO ESGOTAMENTO DO PRAZO. EXISTÊNCIA DE OUTRO ADVOGADO.*

*"1. NÃO SE CARACTERIZA FORÇA MAIOR (ART.507 C/C ART.183, PAR1, DO CPC), SUSPENDENDO O PRAZO RECURSAL, NO REPOUSO DO ADVOGADO NO LEITO, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, QUE CESSOU ANTES DO ESGOTAMENTO DO PRAZO. ADEMAIS, A IMPOSSIBILIDADE DESTE ADVOGADO, EXISTINDO OUTRO COM PROCURAÇÃO NOS AUTOS, NÃO IMPEDIA SUA COLEGA DE PRATICAR O ATO (...)" (TJRS, Apelação Cível n. 596189365, rel. Des. Araken de Assis).*

*E ainda:*

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE REVOGOU O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA E RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO - PRAZO RECURSAL DE NATUREZA PEREMPTÓRIA - REABERTURA APENAS QUANDO COMPROVADA A JUSTA CAUSA DO IMPEDIMENTO A QUE ALUDE O ART. 183 DO CPC ADVOGADO ACOMETIDO DE MOLÉSTIA QUE NECESSITAVA DE INTERNAÇÃO - ALTA DA CLÍNICA ANTES DO TÉRMINO DO PRAZO RECURSAL - POSSIBILIDADE DE PRATICAR OS ATOS PROCESSUAIS NESTE INTERREGNO - JUSTA CAUSA NÃO CONFIGURADA - PROVIMENTO.

*"No sistema processual civil pátrio, os prazos recursais são peremptórios, somente sendo passíveis de prorrogação pelo juiz nas restritas hipóteses apontadas no art. 182 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil: nas comarcas de difícil transporte ou nos casos de calamidade pública, ou naquela aventada pelo art. 183: ocorrência de justa causa impossibilitando a prática do ato. Excetuadas essas hipóteses, a simples implementação do prazo extingue a faculdade de a parte praticá-lo" (AI n. 00.017333-9)" TJSC. Agravo de instrumento n. 2006.009345-0, de São José., rel. Des. AlciDes. Aguiar).*

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

---

Documento eletrônico assinado por **ROGÉRIO MARIANO DO NASCIMENTO, Desembargador**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc2g.tjsc.jus.br/eproc/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **840625v4** e do código CRC **d2c67211**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): **ROGÉRIO MARIANO DO NASCIMENTO**  
Data e Hora: 6/5/2021, às 17:7:57